

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração – 2º Semestre e exercício de 2024

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da *Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e exercício de 2024.

Cenário Econômico

No ano de 2024, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 4,83%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central foi de 3% para o ano de 2024. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 11,75%, está em 12,25%.

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de dezembro de 2024, 68,2% das famílias relataram ter dívidas (vencidas ou a vencer), sendo que 19,95% das famílias estão com contas em atraso e 8,9% declararam que não terão condições de pagar.

Para 2024, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 5,08%, a taxa SELIC em 15% e o PIB com crescimento de 2,04%.

A Financeira continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A Financeira vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apurou lucro de R\$ 39,6 milhões contra R\$ 23,6 milhões no mesmo período de 2023 e o patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 106,6 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 1º de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 17 milhões referente ao saldo do lucro apurado no ano de 2023 e, em 16 de dezembro de 2024, foram pagos R\$ 5,4 milhões referente aos juros sobre o patrimônio líquido do exercício de 2024.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a Financeira fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Auditoria Independente

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários dos serviços de auditoria independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 montam R\$ 271.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financeira sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 24 de março de 2025.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 21 de março de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	808	378	Valores financiados a repassar	11	3.610	2.100
				Contas a pagar	12	2.191	1.653
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		304.807	260.997	Obrigações societárias	19	4.509	518
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	38.774	33.772	Fiscais e previdenciárias	13	17.468	3.741
Operações de crédito - setor privado	7	324.177	282.092	Outros passivos		15	29
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(58.144)	(54.867)	Provisões - outras	14	2.251	2.185
				Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	181.176	163.736
Outros ativos	6	2.726	2.221	Participação no resultado (empregados)	15	1.599	1.470
				Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.356	2.951
Créditos tributários	8	11.209	7.077				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	106.658	93.459
Garantias judiciais	16	992	700	Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
				Reserva legal		10.640	8.660
Impostos e contribuições a compensar	5	199	198	Reserva especial de lucros		41.659	30.440
Imobilizado	9	1.612	258				
Imobilizado em uso		8.442	6.866				
Depreciação acumulada		(6.830)	(6.608)				
Intangível	10	480	13				
Licenças e direitos		1.208	672				
Amortização acumulada		(728)	(659)				
TOTAL DO ATIVO		322.833	271.842	TOTAL DO PASSIVO		322.833	271.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
		2º Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		132.946	249.553
Operações de crédito	7.c	105.233	204.748
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	24.995	39.862
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	2.718	4.943
DESPEAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(20.500)	(36.642)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(11.353)	(22.212)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(9.147)	(14.430)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		112.446	212.911
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.035	6.170
Receita de prestação de serviços	20	2.896	5.706
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	0	12
Outras receitas operacionais		139	452
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(41.689)	(78.746)
Despesas com pessoal	21	(14.970)	(28.477)
Despesas administrativas	22	(21.472)	(40.236)
Despesas tributárias	23	(4.901)	(9.531)
Outras despesas operacionais		(346)	(502)
DESPEAS DE PROVISÕES		(40.516)	(79.066)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(40.648)	(78.728)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	(73)	165
Provisão para contingências cíveis	16.b	(148)	(571)
Outras provisões		353	68
RESULTADO OPERACIONAL		33.276	61.269
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	(8)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		33.276	61.261
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(10.481)	(21.668)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.710)	(25.800)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.229	4.132
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		22.795	39.593
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		419,34	728,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	2024		2023
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	22.795	39.593	23.566
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>22.795</u>	<u>39.593</u>	<u>23.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		54.359	7.482	19.007	-	80.848
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.566	23.566
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	1.178	-	(1.178)	-
Distribuição de dividendos				(5.063)	(518)	(5.581)
Constituição de Reserva de Lucros				16.496	(16.496)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-		(5.374)	(5.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>54.359</u>	<u>8.660</u>	<u>30.440</u>	<u>-</u>	<u>93.459</u>
Mutações do exercício		-	1.178	11.433	-	12.611
Saldos em 31 de dezembro de 2023		54.359	8.660	30.440	-	93.459
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.593	39.593
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	1.980	-	(1.980)	-
Distribuição de dividendos				(16.496)	(4.509)	(21.005)
Constituição de Reserva de Lucros				27.715	(27.715)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-		(5.389)	(5.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>54.359</u>	<u>10.640</u>	<u>41.659</u>	<u>-</u>	<u>106.658</u>
Mutações do exercício		-	1.980	11.219	-	13.199
Saldos em 30 de junho de 2024		54.359	9.500	13.944	15.958	93.761
Lucro líquido do semestre		-	-	-	22.795	22.795
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	1.140	-	(1.140)	-
Distribuição de dividendos					(4.509)	(4.509)
Constituição de Reserva de Lucros				27.715	(27.715)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-		(5.389)	(5.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>54.359</u>	<u>10.640</u>	<u>41.659</u>	<u>-</u>	<u>106.658</u>
Mutações do semestre		-	1.140	27.715	(15.958)	12.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEGRESO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado do período	73.402	140.977	117.970
Lucro líquido do período	33.276	61.261	35.213
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO			
Depreciações e amortizações	241	295	177
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	40.648	78.728	81.468
Apropriação da despesa antecipada	68	206	409
Provisão para passivos contingentes	299	555	551
Provisão (reversão) - outras	(1.130)	(68)	152
VARIAÇÕES EM ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(76.103)	(117.536)	(101.672)
(Aumento) redução em outros ativos	(1.608)	(731)	(513)
(Aumento) redução em garantias judiciais	38	(292)	106
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	-	(1)	656
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	1.913	1.510	623
Aumento (redução) em contas a pagar	(1.158)	538	(114)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	368	222	(524)
Aumento (redução) em passivos diversos	(20)	(14)	15
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	3.474	17.440	25.823
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	822	129	40
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	415	154	216
Aumento (redução) em contingências	(79)	(150)	(321)
CSLL e IRPJ pagos no período	(5.681)	(12.295)	(8.758)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) / GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.217)	29.951	33.547
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Adições) ao ativo imobilizado	(48)	(2.116)	(66)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(48)	(2.116)	(66)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	-	(17.014)	(5.063)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	(5.389)	(5.389)	(5.374)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.389)	(22.403)	(10.437)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	(9.654)	5.432	23.044
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	49.236	34.150	11.106
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	39.582	39.582	34.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 24 de março de 2025, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e a divulgação foi autorizada a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificadas evidências de *impairment* no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Financeira e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira, de acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020, assume-se que o lucro líquido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 39.593 mil (R\$ 23.566 em 31 de dezembro de 2023), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	808	378
Aplicações interfinanceiras de liquidez	38.774	33.772
Total	39.582	34.150

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 103% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimentos para os dias 2, 8 e 13 de janeiro de 2025 (em 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 103% do DI e com vencimento para 02 e 12 de janeiro de 2024).

A Financeira auferiu, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 2.718 e R\$ 4.943 respectivamente (R\$ 3.289 em 31 de dezembro de 2023).

5 Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS ⁽ⁱ⁾	162	162
Contribuição Social	14	14
Imposto de Renda	23	22
Total	199	198

	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado após 12 meses	199	198

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS foi originado em processo transitado em julgado e foi compensado quase na totalidade, restando um saldo após a Receita Federal do Brasil ter ingressado com ação rescisória. O processo está sobrestado aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal sobre outra ação afetada pelo rito de repercussão geral.

6 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber – Bancos	1.369	785
Contas a receber – Lojistas	627	524
Adiantamento de benefícios	394	370
Despesas antecipadas	43	135
Adiantamento de PLR	339	353
Adiantamento de férias	47	115
Outros valores	57	68
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(150)	(129)
Total	2.726	2.221
	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	2.726	2.217
Montante a ser realizado após 12 meses	0	4

7 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito:		
Empréstimos	34.556	35.512
Financiamentos	289.621	246.580
Subtotal	324.177	282.092
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(58.144)	(54.867)
Total	266.033	227.225
	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	252.706	216.434
Montante a ser realizado em após 12 meses	13.327	10.791

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2024		31/12/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	324.177	100,00%	282.092	100,00%
Total	324.177	100,00%	282.092	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2024		31/12/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	49.538	15,28%	54.639	19,37%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	123.113	37,98%	105.667	37,46%
De 90 a 360 dias	137.228	42,33%	110.669	39,23%
Acima de 360 dias	14.298	4,41%	11.117	3,94%
Total	324.177	100,00%	282.092	100,00%

A taxa média praticada no exercício pela Financeira foi de 13,19% (13,12% em 31 de dezembro de 2023) ao mês para empréstimo e de 6,34% (6,46% em 31 de dezembro de 2023) ao mês para financiamento. Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2024, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 105.233 e R\$ 204.748 respectivamente (R\$ 185.385 em 31 de dezembro de 2023).

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Saldo do início do período	(52.618)	(54.867)	(53.666)
Constituição (líquida de reversão)	(40.648)	(78.728)	(81.468)
Baixa para prejuízo	35.122	75.451	80.267
Saldo final do período	(58.144)	(58.144)	(54.867)

Foram recuperados, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2024, créditos no valor de R\$ 24.995 e R\$ 39.862 (R\$ 24.980 em 31 de dezembro de 2023), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira.

Foram concedidos, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2024, descontos nos recebimentos no montante de R\$ 9.147 e R\$ 14.430 (R\$ 7.986 em 31 de dezembro de 2023) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

Nos quadros abaixo estão demonstradas as renegociações ocorridas durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2024 (no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 não houve renegociação de operações de crédito).

Renegociações no segundo semestre de 2024:

CONTRATOS BAIXADOS	CARTEIRA NORMAL	CARTEIRA PREJUÍZO	TOTAL
Baixa - Parcelas/Curva	11.931	13.994	25.925
Baixa – Renda	(2.383)	0	(2.383)
Baixa – IOF	31	83	114
Baixa – Desconto	(514)	(4.174)	(4.688)
Saldo	9.065	9.903	18.968

CONTRATOS GERADOS	CARTEIRA NORMAL		TOTAL
Inclusão – Principal	9.065	9.903	18.968
Inclusão – Renda	6.267	6.496	12.763
Total das prestações	15.332	16.399	31.731

Renegociações no exercício de 2024:

CONTRATOS BAIXADOS	CARTEIRA NORMAL	CARTEIRA PREJUÍZO	TOTAL
Baixa - Parcelas/Curva	12.329	14.596	26.925
Baixa - Renda	(2.453)	0	(2.453)
Baixa - IOF	32	87	119
Baixa - Desconto	(532)	(4.366)	(4.898)
Saldo	9.376	10.317	19.693

CONTRATOS GERADOS	CARTEIRA NORMAL		TOTAL
Inclusão - Principal	9.376	10.317	19.693
Inclusão - Renda	6.484	6.684	13.168
Total das prestações	15.860	17.001	32.861

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2024

Empréstimo / Financiamento						
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	18.092	200.292	218.384	1.092
B	Normal	1,00%	1.646	12.787	14.433	144
	Vencido	1,00%	309	1.981	2.290	23
C	Normal	3,00%	1.269	8.257	9.526	286
	Vencido	3,00%	464	2.225	2.689	81
D	Normal	10,00%	898	5.454	6.352	635
	Vencido	10,00%	557	2.554	3.111	311
E	Normal	30,00%	743	4.300	5.043	1.513
	Vencido	30,00%	660	3.022	3.682	1.104
F	Normal	50,00%	508	3.044	3.552	1.776
	Vencido	50,00%	670	3.165	3.835	1.917
G	Normal	70,00%	359	2.395	2.754	1.928
	Vencido	70,00%	662	3.311	3.973	2.781
H	Normal	100,00%	2.469	12.126	14.595	14.595
	Vencido	100,00%	5.250	24.708	29.958	29.958
Total			34.556	289.621	324.177	58.144

Posição em 31 de dezembro de 2023

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	18.867	165.853	184.720	924
B	Normal	1,00%	1.726	10.808	12.534	125
	Vencido	1,00%	351	1.798	2.149	22
C	Normal	3,00%	1.291	6.891	8.182	245
	Vencido	3,00%	485	1.990	2.475	74
D	Normal	10,00%	880	4.266	5.146	515
	Vencido	10,00%	601	2.316	2.917	292
E	Normal	30,00%	725	3.502	4.227	1.268
	Vencido	30,00%	757	3.034	3.791	1.137
F	Normal	50,00%	540	2.659	3.199	1.600
	Vencido	50,00%	842	3.358	4.200	2.100
G	Normal	70,00%	356	1.978	2.334	1.634
	Vencido	70,00%	766	3.524	4.290	3.003
H	Normal	100,00%	1.033	6.078	7.111	7.111
	Vencido	100,00%	6.292	28.525	34.817	34.817
Total			35.512	246.580	282.092	54.867

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para contingências trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.750	5.743
Provisão para contingências trabalhistas	470	536
Provisão para contingências cíveis	872	644
Outros	117	154
Total	11.209	7.077
	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	4.631	5.839
Montante a ser realizado em após 12 meses	6.578	1.238

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2023	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 31/12/2024
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.589	6.048	(3.543)	6.094
Provisão para contingências	738	232	(132)	838
Outras provisões	96	435	(458)	73
Créditos Tributários de IRPJ	4.423	6.715	(4.133)	7.005
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.154	3.628	(2.126)	3.656
Provisão para contingências	442	141	(79)	504
Outras provisões	58	261	(275)	44
Créditos Tributários de CSLL	2.654	4.030	(2.480)	4.204
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	7.077	10.745	(6.613)	11.209

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2024, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. No estudo, foram considerados os efeitos da Lei 14.467/2022 que alongam o prazo de realização do crédito tributário em até 8 exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	31/12/2024	31/12/2023
Expectativa de Realização:		
2024	-	5.839
2025	4.631	452
2026	2.027	394
2027	1.130	392
2028	684	-
2029	684	-
2030	684	-
2031	684	-
2032	685	-
Total	11.209	7.077

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 9.465 (R\$ 6.430 em 31 de dezembro de 2023), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 13,06% (15,65% em 31 de dezembro de 2023) ao ano para os períodos correspondentes.

Créditos tributários não registrados

A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

9 Imobilizado de uso

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	438	(423)	15	23
Móveis e equipamentos	7.953	(6.362)	1.591	219
Outros	51	(45)	6	16
Total	8.442	(6.830)	1.612	258

Movimentações do imobilizado em uso:

	Instalações	Móveis e Equipamentos	Outros	Total
Saldo inicial	23	219	16	258
Aquisição	-	1.588	-	1.588
Baixa	-	(8)	-	(8)
Depreciação	(8)	(208)	(10)	(226)
Saldo final	15	1.591	6	1.612

10 Intangível

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	1.208	(728)	480	13
Total	1.208	(728)	480	13

Movimentações do intangível:

	Licenças
Saldo inicial	13
Aquisição	536
Amortização	(69)
Saldo final	480

11 Valores financiados a repassar

São valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de janeiro, no montante de R\$ 3.610 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2023).

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar.

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados a pagar	1.369	993
Contas a pagar	809	647
Outros	13	13
Total	2.191	1.653
	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	2.191	1.653

13 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição social	6.783	1.306
Imposto de renda pessoa jurídica	8.687	663
COFINS	716	640
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	601	509
INSS	398	369
FGTS	129	122
PIS	116	104
Outras	38	28
Total	17.468	3.741
	31/12/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	17.468	3.741

14 Provisões – outras

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para férias	1.970	1.816
Provisão para despesas	281	369
Total	2.251	2.185

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, vigente até 31/12/2025, será devida a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.792,41 e limitado ao teto de R\$ 18.098,98. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 758,48. Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 2.275,45 para cada empregado até o dia 20 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	2.181	573	1.611	513
Contingências trabalhistas	1.175	419	1.340	187
Total	3.356	992	2.951	700

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	1.611	1.340	2.951
Adições / atualizações monetárias	1.035	127	1.162
Reversão	(333)	(274)	(607)
Pagamento	(132)	(18)	(150)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	2.181	1.175	3.356
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	1.441	1.280	2.721
Adições / atualizações monetárias	1.612	263	1.875
Reversão	(1.263)	(61)	(1.324)
Pagamento	(179)	(142)	(321)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.611	1.340	2.951

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 191 processos cíveis (146 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 1.616 (R\$ 1.246 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 3 processos trabalhistas (5 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 68 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 163 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2023).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante à Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 132 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2023).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal, portanto, os processos foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, entre 100% e 140% do DI (entre 110 e 200% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem suas aplicações nos três primeiros meses do primeiro semestre de 2025 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo.

Do total das captações, 74,56% são com partes relacionadas (69,59% em 31 de dezembro de 2023).

a.1.Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

31/12/2024				
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Recursos de aceites cambiais	91.176	-	90.000	181.176
Total				181.176

31/12/2023				
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Recursos de aceites cambiais	81.327	7.580	74.829	163.736
Total				163.736

a.2.Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recursos de aceites cambiais	11.245	21.998	22.498
Fundo Garantidor de Crédito	108	214	185
Total	11.353	22.212	22.683

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes e referem-se basicamente a captações, cujos prazos de vencimento e taxas de remuneração estão apresentados na nota explicativa 17, e os saldos são assim resumidos:

	2024			2023	
		2º			
Descrição	Ativo (passivo)	Semestre Receita (despesa)	Exercício Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Exercício Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(135.089)	(8.375)	(16.169)	(113.946)	(16.393)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(88.607)	(5.553)	(10.743)	(73.500)	(10.334)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(5.246)	(330)	(625)	(3.939)	(522)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(5.683)	(354)	(685)	(4.619)	(638)
Antônio João Beal	(526)	(32)	(62)	(460)	(59)
João Carlos Pereira	(256)	(9)	(16)	(90)	(2)
Sergio Shoji Yamamoto	-	-	-	-	(7)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(1.137)	(50)	(116)	(1.118)	(201)
Giuliana Gasparin Lucchesi Kaesemodel	(153)	(9)	(16)	(103)	(11)
Empreend. Florestais Cambijú Ltda	(7.602)	(463)	(887)	(6.766)	(987)
Negresco Admin. e Participações Ltda	(25.879)	(1.575)	(3.010)	(23.351)	(3.148)
Negresco Serviços de Cobrança Ltda	-	-	(8)	-	(138)
Oelo Locação de Equip. Eletrônicos Ltda	-	-	-	-	(190)
Transesp Comércio de Imóveis Ltda	-	-	-	-	(156)
Instituto Buko Kaesemodel	-	-	(1)	-	-
Remunerações:					
Remuneração dos administradores	-	1.465	2.831	-	(2.712)
Juros sobre o capital próprio	-	(5.389)	(5.389)	-	(5.374)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2023), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

As ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	21.199.998	48.923.139	90,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(10.599.999)	2.717.941	5,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(10.599.999)	2.717.941	5,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 1.980 (R\$ 1.178 no exercício de 2023).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020.

A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, vedou a distribuição de dividendos do exercício de 2020 e, assim, a Financeira deixou de distribuir o montante de R\$ 13.944 do lucro de 2020 que está aguardando definição do Banco Central do Brasil.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 31 de janeiro de 2024, foi aprovada a distribuição do restante do lucro de 2023 no montante de R\$ 16.496 e o pagamento do montante de R\$ 17.014 (R\$ 0,31 por ação), que ocorreu em 1º de fevereiro de 2024.

Em 16 de dezembro de 2024, foi pago o montante de R\$ 5.389 (R\$ 0,099 por ação) a título de juros sobre o patrimônio líquido do exercício de 2024 e, em 19 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião da Diretoria.

Em 31 de dezembro de 2024, complementando os 25% do dividendo obrigatório, foram distribuídos R\$ 4.509 de dividendos do exercício de 2024.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 2.896 e 5.706 respectivamente (R\$ 5.724 em 31 de dezembro de 2023).

21 Despesas de Pessoal

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	7.065	13.439	12.251
Benefícios	2.970	5.698	5.291
Encargos sociais	2.898	5.217	4.539
Pró-labore	895	1.716	1.641
Participação nos lucros e resultados	822	1.599	1.470
Indenizações	126	189	217
Provisão para férias e 13º salário	185	583	216
Treinamentos	9	36	40
Total	14.970	28.477	25.665

22 Despesas administrativas

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Técnicos especializados	8.440	16.281	15.058
Serviços de terceiros	6.426	11.559	10.862
Serasa/Associação Comercial	2.005	3.825	3.681
Serviços dos sistemas financeiros	1.749	3.470	3.264
Processamento de dados	517	1.029	993
Outros	935	1.372	905
Locação de imóveis	442	880	876
Comunicação	442	819	734
Manutenção e conservação	208	414	401
Despesas com viagens	149	261	270
Consumo de energia elétrica e água	111	230	203
Propaganda e publicidade	48	96	118
Total	21.472	40.236	37.365

23 Despesas tributárias

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
COFINS	3.985	7.745	6.880
PIS	648	1.259	1.118
ISS	146	287	289
Outras	122	240	246
Total	4.901	9.531	8.533

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes:			
Imposto de renda	8.240	15.792	6.558
Contribuição social	5.470	10.008	4.163
Total	13.710	25.800	10.721
Impostos diferidos:			
Imposto de renda	(2.018)	(2.583)	579
Contribuição social	(1.211)	(1.549)	347
Total	(3.229)	(4.132)	926
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.481	21.668	11.647

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL	33.276	61.261	35.213
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(13.310)	(24.504)	(14.085)
(Adições) exclusões permanentes:			
Juros sobre o capital próprio	2.156	2.156	2.150
Outras adições permanentes	(203)	(208)	(93)
Outras exclusões permanentes	-	-	1
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(11.358)	(22.556)	(12.027)
Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT)	865	865	356
Outros	12	23	24
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(10.481)	(21.668)	(11.647)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e produtos, com o seu porte e o seu modelo de negócio, capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais compreendem: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático e demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos acima mencionados, inerentes à sua atividade, operações e negócios.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

Entre os eventos de risco operacional incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo, sem limitar, os custos de recuperação de exposições caracterizados como ativos problemáticos.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem diretrizes e padrões a serem observados e atendidos no processo de concessão e gestão de crédito.

A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

Não há na Financeira, risco de crédito decorrentes de títulos e valores mobiliários, nem de instrumentos financeiros derivativos, nem, tampouco, de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução CMN nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco de Liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo acompanhar e controlar os possíveis e diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos, obrigações e dos instrumentos financeiros necessários e utilizados na gestão das operações.

A política de gerenciamento de risco e capital estabelecida pela Negresco S/A, tem por objetivo as diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento dos riscos de liquidez e capital, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e a adequação do capital para fazer face às obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras inerentes e próprias das operações e negócios.

Risco Social

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais.

Risco Ambiental

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco Climático

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- a) risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- b) risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Financeira no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias de suas atividades, estabeleceu critérios e mecanismos de avaliação e formalização de suas operações, para minimizar e evitar qualquer situação, ocorrência ou evento com potenciais perdas para a instituição, decorrentes de riscos sociais, ambientais e climáticos.

A Financeira adota e preserva o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum, está presente na sociedade honrando seus compromissos, respeitando seus funcionários, os organismos reguladores e governamentais, e a comunidade em que está inserida.

Os princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climático, nos negócios e nas relações com partes interessadas, estão definidos na “Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática”, estabelecida, aprovada e implementada pela Financeira, em consonância com as diretrizes disciplinadas na Resolução CMN nº 4.945/2021.

27 Patrimônio de referência exigido

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo exigido, que desde maio de 2022 é de 17%.

Requerimento mínimo de PR_{S5} conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a 104.718	92.111
RW _{AROSimp} (Risco Operacional)	b 49.987	46.120
RW _{ARCSimp} (Risco de Crédito)	c 234.143	196.406
RW _{ASimp} (b + c)	<u>d 284.130</u>	<u>242.526</u>
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17%)	e 48.302	41.229
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)	56.416	50.882
Índice de Basileia BACEN (a / d)	36,86%	37,98%
Razão mínima (Basileia / Bacen)	17%	17%

28 Implementação das novas práticas contábeis determinadas nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

A adoção das novas práticas contábeis, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 e alterações posteriores, visa estabelecer conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros e definir as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. A divulgação das informações sobre a metodologia adotada e os impactos na implementação das novas práticas contábeis, àquelas produzidas em 31/12/2024, visa destacar as premissas adotadas relativas à Classificação dos Instrumentos Financeiros, Taxa de Juros Efetiva, Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ) e Provisões Associadas ao Risco de Crédito, conforme procedimentos a seguir a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2025:

Classificação de Instrumentos Financeiros - Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pela Alta Administração, considerando as características dos fluxos de caixas contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros”. Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados em três categorias: **i. Custo Amortizado (CA)**: Ativos financeiros gerados para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ), nele incluídas as operações de crédito; **ii. Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**: Ativos financeiros gerados para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério SPPJ. Atualmente, a Financeira não possui operações nesta categoria; e **iii. Valor Justo no Resultado (VJR)**: Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPJ ou são gerados para venda. Atualmente, a Financeira não possui operações nesta categoria.

Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ) - Na aplicação do teste SPPJ foram observados se os fluxos de caixa contratuais consistiram somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais

que influenciavam nesses fluxos de caixa. Após a aplicação do teste SPPJ, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito e tesouraria atendem ao critério SPPJ, justificando sua classificação como Custo Amortizado. Para novos produtos, o teste será aplicado no momento da contratação, garantindo a conformidade com as normas regulatórias.

Taxa de Juros Efetiva - a taxa de juros efetiva (TJE) será calculada com base no método de juros efetivo, conforme o artigo 15 da Resolução CMN nº 4.966/2021. Para os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado, estão considerados os custos de transação e eventuais valores recebidos na originação ou aquisição dos ativos e optou-se pela metodologia diferenciada, apropriando receitas e despesas de forma proporcional às receitas contratuais.

Provisões Associadas ao Risco de Crédito – a Financeira adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021. As perdas estão estimadas com bases nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/2023.

Ativos Problemáticos - são considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado, observados os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, relativos ao atraso no pagamento, indicadores qualitativos das operações e das reestruturações.

Renegociações e Reestruturações das operações de crédito são realizadas com o objetivo de mitigar perdas e preservar o relacionamento com o cliente e são consideradas as mudanças nas condições contratuais e a intenção de evitar a perda da operação e a consequente transferência para o prejuízo.

Impactos Tributários - A Lei 14.467/2022 trouxe alterações na dedução fiscal de perdas incorridas nas operações com características de concessão de crédito. Para a apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL e os respectivos impactos, foram considerados o alongamento da dedução, a mensuração de créditos históricos baixados a prejuízo, a avaliação de saldos não deduzidos até 31/12/2024 e a projeção de inadimplência da carteira ativa. A renda deixa de ser apropriada para créditos inadimplidos há mais de 90 dias, considerando a avaliação de ativos problemáticos e os critérios quantitativos e qualitativos. Com relação a Renegociação e Reestruturação anteriormente baixada para prejuízo, a recuperação de créditos é tributada integralmente no momento do evento, independentemente da liquidação financeira. A reestruturação de dívidas seguiu critérios específicos para reconhecimento contábil e fiscal.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas a divulgação das estimativas dos impactos às demonstrações contábeis do exercício de 2024, está demonstrada abaixo, em conformidade com o estabelecido pela nova regulamentação:

Operações de crédito - setor privado	324.177
Efeitos da adoção inicial	<u>339</u>
Saldo inicial das operações de crédito - setor privado em 1º/01/2025	324.516
 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	 (58.144)
Efeitos da adoção inicial	<u>(20.672)</u>
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º/01/2025	(78.816)
 Ativos fiscais diferidos	 11.209
Efeitos da adoção inicial	<u>8.264</u>
Saldo inicial dos ativos fiscais diferidos em 1º/01/2025	19.473
 Provisão para perda esperada sem característica de concessão de crédito	 (150)
Efeitos da adoção inicial	<u>11</u>
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas sem característica de concessão de crédito em 1º/01/2025	(139)
 Fiscais e previdenciárias	 17.468
Efeitos da adoção inicial	<u>145</u>
Saldo inicial de fiscais e previdenciárias em 1º/01/2025	17.613
 Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados exigidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 em 31/12/2024	 106.658
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.403)
Provisão para perda esperada sem característica de concessão de crédito	6
Renda entre 60 e 90 dias	<u>194</u>
Ajuste total	<u>(12.203)</u> <u>(12.203)</u>
Patrimônio líquido após os ajustes em 1º/01/2025	94.455

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e
Conformidade

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7